

Transparência no Processo Arbitral

2021

Ana Olivia Antunes Haddad

TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO ARBITRAL

© Almedina, 2021

AUTOR: Ana Olivia Antunes Haddad

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556271590

Fevereiro, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

489548

Haddad, Ana Olivia Antunes
Transparência no processo arbitral / Ana Olivia Antunes Haddad.
– São Paulo : Almedina.

Bibliografia.
ISBN 9786556271590

Índice:

1. Arbitragem (Direito) - Brasil
2. Arbitragem (Direito) - Leis e legislação - Brasil
3. Processo civil - Brasil I. Título.

20-50355

CDU-347.918 (81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Arbitragem : Direito processual civil 347.918 (81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil
editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
A transparência no processo	21
Delimitações do escopo	28
Estrutura do trabalho	30
Pesquisas realizadas	31

PARTE I

CAPÍTULO 1. É POSSÍVEL AUMENTAR A TRANSPARÊNCIA? A CONFIDENCIALIDADE DA ARBITRAGEM	37
1.1 Considerações iniciais	37
1.2 A natureza privada da arbitragem	38
1.3 A Lei de Arbitragem	40
1.4 Entendimento do Poder Judiciário brasileiro	45
1.4.1 O entendimento quanto à inexistência de um dever de sigilo inerente ao procedimento arbitral	45
1.4.2 A alegada inconstitucionalidade do artigo 189, IV do CPC	53
1.5 Os regulamentos das instituições arbitrais do Brasil	56
1.6 O sigilo na visão dos usuários da arbitragem	58
1.7 Os benefícios do sigilo e da privacidade da arbitragem	64

CAPÍTULO 2. É BENÉFICO AUMENTAR A TRANSPARÊNCIA? OS POSSÍVEIS EFEITOS DE MAIS PUBLICIDADE NA ARBITRAGEM	69
2.1 Benefícios aos sujeitos da relação jurídica arbitral	69
2.1.1 Melhorar a tomada de decisões das partes	69

TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO ARBITRAL

2.1.1.1	Escolha da instituição arbitral	70
2.1.1.2	Escolha do árbitro	75
2.1.1.2.1	Especialização na matéria submetida à arbitragem	76
2.1.1.2.2	Reputação	77
2.1.1.2.3	Experiência prévia em arbitragem	78
2.1.1.2.4	Disponibilidade	79
2.1.1.2.5	Qualidade da sentença	82
2.1.1.2.6	Afinidade com a posição defendida pela parte	82
2.1.1.2.7	Preferências procedimentais	83
2.1.1.2.8	Conclusão: escolha do árbitro	84
2.1.1.3	Escolha das regras procedimentais	86
2.1.2	Promover a paridade de armas no processo arbitral	88
2.1.3	Aumentar a eficácia da sanção reputacional	93
2.1.4	Promover segurança jurídica	101
2.1.5	Diminuir custos de transação	110
2.2	Benefícios para terceiros e para a sociedade como um todo	113
2.2.1	Desenvolvimento do Direito, em sentido amplo	118
2.2.2	Promover o escopo social da jurisdição (educação)	124
2.2.3	Fortalecer a autonomia e a legitimidade da arbitragem	125
2.3	Possíveis efeitos negativos da transparência e seus contrapontos	130
2.3.1	Aumento dos custos	130
2.3.2	Aumento do tempo de duração dos procedimentos	132
2.3.3	Aumento do número de impugnações aos árbitros	133
2.3.4	Impacto na imparcialidade do árbitro (<i>issue conflict</i>)	135
2.3.5	Impacto sobre a qualidade e a celeridade das decisões	144
2.3.6	Mau uso das decisões arbitrais	146

CONCLUSÃO – PARTE I 147

PARTE II

CAPÍTULO 3. COMO AUMENTAR A TRANSPARÊNCIA DA ARBITRAGEM	151
3.1 Considerações iniciais	151
3.2 O papel das partes, dos advogados e dos árbitros	151
3.3 O papel do Estado	155
3.4 O papel das instituições arbitrais	158

CAPÍTULO 4. A PROPOSIÇÃO DE UM REGIME DE CONFIDENCIALIDADE MITIGADA	165
4.1 Premissas	165
4.2 Publicação da sentença arbitral	172
4.2.1 Como tornar a publicação anônima	174
4.2.1.1 “Anônima” para quem?	174
4.2.1.2 Quais informações devem ser omitidas	178
4.2.1.3 Quais informações devem constar da publicação	182
4.2.2 Seleção das sentenças que devem ser levadas à publicação	187
4.2.3 Formato da publicação	191
4.2.4 Tempo de espera entre o proferimento da sentença e sua publicação	197
4.2.5 Procedimento adequado e pessoa responsável por elaborar a publicação	199
4.3 Publicação de outras decisões do tribunal arbitral (ordens processuais)	204
4.3.1 Considerações iniciais	204
4.3.2 Seleção das decisões que devem ser levadas à publicação	206
4.3.3 Quais informações devem constar da publicação	208
4.3.4 Tempo de espera entre o proferimento da decisão e sua publicação	210
4.3.5 Formato da publicação	211
4.4 Publicação das decisões em incidentes de impugnação dos árbitros	212
4.4.1 Considerações iniciais	212
4.4.2 Seleção das decisões que devem ser levadas à publicação	217
4.4.3 Quais informações devem constar da publicação	218
4.4.4 Formato da publicação	222
4.4.5 Tempo de espera entre o proferimento da decisão e sua publicação	224
4.5 Informações sobre candidatos a árbitro	224
4.5.1 Publicar o nome dos árbitros já nomeados	225
4.5.2 Publicar o tempo de duração dos processos conduzidos pelo árbitro	229
4.5.3 Questionário de conflito de interesse e de disponibilidade	230
4.5.4 Currículos padronizados	232
4.5.5 Publicação de preferências procedimentais	234
4.5.6 Avaliação dos usuários sobre os árbitros	237
4.6 Informações sobre os processos arbitrais	246

CAPÍTULO 5. A PROPOSIÇÃO DE UM REGIME DE TRANSPARÊNCIA PARA ARBITRAGENS

ENVOLVENDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	251
5.1 Considerações iniciais	251
5.2 Premissas	253
5.3 Regras de publicidade previstas em outros diplomas legais	259
5.4 Regras de publicidade estipuladas por instituições arbitrais brasileiras	261
5.5 Como e quais informações devem ser divulgadas	263
5.6 A privacidade das arbitragens com a Administração Pública	272
CONCLUSÕES	279

ANEXOS

ANEXO 1 – <i>Pesquisa Instituições Brasileiras</i> : critérios de inclusão e exclusão	287
ANEXO 2 – <i>Pesquisa Instituições Brasileiras</i> : confidencialidade	292
ANEXO 3 – <i>Pesquisa Instituições Brasileiras</i> : publicação de sentenças arbitrais	296
ANEXO 4 – <i>Pesquisa Instituições Brasileiras</i> : lista de árbitros	299
ANEXO 5 – <i>Pesquisa Instituições Brasileiras</i> : custos	304
ANEXO 6 – <i>Pesquisa Instituições Brasileiras</i> : informações estatísticas	306
ANEXO 7 – <i>Pesquisa Instituições Brasileiras</i> : nome dos árbitros	309
ANEXO 8 – <i>Pesquisa Instituições Brasileiras</i> : questionário de disponibilidade	311
ANEXO 9 – <i>Pesquisa Instituições Brasileiras</i> : código de ética e sanções	313
ANEXO 10 – <i>Pesquisa Instituições Brasileiras</i> : Administração Pública	316
ANEXO 11 – <i>Pesquisa Sentenças Publicadas</i> : sentenças analisadas	319
ANEXO 12 – <i>Pesquisa Sentenças Publicadas</i>	321
ANEXO 13 – <i>Pesquisa OPs Publicadas</i> : ordens processuais analisadas	324
ANEXO 14 – <i>Pesquisa OPs Publicadas</i>	326
ANEXO 15 – <i>Pesquisa Decisões de Impugnações</i> : decisões analisadas	328
ANEXO 16 – <i>Pesquisa Decisões de Impugnações</i>	330
REFERÊNCIAS	333